

06/10/2015

SEGUNDA TURMA

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 795.939 MATO GROSSO DO SUL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. TEORI ZAVASCKI</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: ELCILANDE SERAFIM DE SOUZA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ELCILANDE SERAFIM DE SOUZA</b>
<b>AGDO.(A/S)</b>	<b>: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL</b>

EMENTA: PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS SUFICIENTES PARA MANTER A DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 284/STF.

1. Não comporta conhecimento o agravo interno que não impugna direta e especificamente os fundamentos indicados na decisão monocrática de Relator.

2. Agravo regimental não conhecido.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em Segunda Turma, sob a Presidência do Senhor Ministro DIAS TOFFOLI, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por unanimidade, em não conhecer do agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Gilmar Mendes.

Brasília, 6 de outubro de 2015.

Ministro TEORI ZAVASCKI  
Relator

**06/10/2015**

**SEGUNDA TURMA**

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 795.939 MATO GROSSO DO SUL**

<b>RELATOR</b>	<b>: MIN. TEORI ZAVASCKI</b>
<b>AGTE.(S)</b>	<b>: ELCILANDE SERAFIM DE SOUZA</b>
<b>ADV.(A/S)</b>	<b>: ELCILANDE SERAFIM DE SOUZA</b>
<b>AGDO.(A/S)</b>	<b>: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL</b>
<b>PROC.(A/S)(ES)</b>	<b>: PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL</b>

## **RELATÓRIO**

### **O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI (RELATOR):**

Trata-se de agravo regimental contra decisão que não conheceu de agravo em recurso extraordinário, em razão da ausência de impugnação específica dos fundamentos suficientes para manterem a decisão agravada, nos moldes do art. 544, § 4º, I, do CPC.

Sustenta a parte agravante, em suma, que (a) a matéria em debate foi devidamente prequestionada; (b) houve cerceamento de defesa pelo indeferimento de perguntas formuladas pela defesa; e (c) “se o crime de falsidade ideológica é utilizado como meio para a prática do delito de estelionato, aquele é por este absorvido”.

É o relatório.

**06/10/2015**

**SEGUNDA TURMA**

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 795.939 MATO GROSSO DO SUL**

**VOTO**

**O SENHOR MINISTRO TEORI ZAVASCKI (RELATOR):**

1. Como se vê, as razões do agravo não infirmaram especificamente todos os fundamentos da decisão impugnada, consistindo em deficiência recursal. A falta de ataque específico ao julgado agravado faz incidir o óbice da Súmula 284/STF, impedindo a análise do agravo.

2. Diante do exposto, não conheço do agravo regimental. É o voto.

**SEGUNDA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO 795.939**

PROCED. : MATO GROSSO DO SUL

**RELATOR : MIN. TEORI ZAVASCKI**

AGTE.(S) : ELCILANDE SERAFIM DE SOUZA

ADV.(A/S) : ELCILANDE SERAFIM DE SOUZA

AGDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

**Decisão:** A Turma, por votação unânime, não conheceu do agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Gilmar Mendes. Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. **2ª Turma**, 6.10.2015.

Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Cármen Lúcia e Teori Zavascki. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Gilmar Mendes.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Edson Oliveira de Almeida.

Ravena Siqueira  
Secretária